

CONTEXTO HISTORICO E ANALISE DO VERBETE “POLITICA” NO PERIODO REGENCIAL

Fúlvia de Oliveira Valengo Domingos¹
PPG/UEMS

Resumo: Neste texto abordaremos o verbete “Política”, e seu contexto sócio-histórico fazendo um breve apanhado histórico do Brasil para observar a condição de produção e a significação desse léxico no ano de 1832. Para essa pesquisa será utilizado o *Diccionario da Língua Brasileira* elaborado por Luiz Maria da Silva Pinto do ano de 1832 e as teorias desenvolvidas pela professora Doutora Eni P. Orlandi no livro *Análise de Discurso princípios e procedimentos* do ano de 2009. Com intuito de compreender e também fazer uma possível relação desse verbete no contexto histórico de 1832, e após esse momento histórico, observando como houve um desenvolvimento na descrição desse léxico pelos sujeitos.

Palavras-chave: política; história; dicionário; significação.

Abstract: This paper will address the verb "Politics" and its social and historical context by making a brief historical overview of Brazil to observe the condition of production and meaning of this lexicon in the year 1832. For this research we will use the *Diccionario da Língua Brasileira* by Luiz Maria da Silva Pinto from the year 1832 and the theories developed by Professor Doctor Eni P. Orlandi in the book "Análise de Discurso princípios e procedimentos" from the year 2009. In order to understand and also make a possible relation of this entry in the historical context of 1832, and after this historical moment, observing how there was a development in the description of this lexicon by the subjects.

Keywords: politics; history; dictionary; meaning.

Introdução

Este artigo consiste em compreender a palavra “política” como objeto de pesquisa em um determinado discurso no momento sócio-histórico do Brasil. O objetivo é analisar o verbete que está descrito no dicionário de 1832, após 10 anos da Declaração da Independência do Brasil, e em um novo período, para isso será usado o *Diccionario da Língua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto do ano de 1832.

¹ Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues – NEAD/UEMS, acadêmica do curso bacharelado em letras, segundo ano, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande (UUCG).

Analisando o dicionário encontra-se a definição do verbete “Política” que é a “arte de governar”, porém, conclui-se que esta definição é insuficiente para prosseguir na análise do verbete, portanto foi necessário utilizar um segundo verbete encontrado no mesmo dicionário: “Governar”, para melhorar a compressão do primeiro léxico. O Brasil estava no Período Regencial de 1831 a 1840, que marcou o início da consolidação do Estado Nacional brasileiro, mas trouxe consequências para o Império, uma série de crises políticas e confrontos revolucionários separatistas.

Partindo agora da perspectiva da Análise de Discurso, que em termos gerais é compreender os sentidos construídos no discurso ou no nosso caso os sentidos construídos nas palavras, ou seja, a ideologia que influencia o sujeito, a sua história e sua vida em uma determinada sociedade. Entendemos aqui a “palavra e a definição dela” por “discurso”, e nesse sentido analisaremos o momento sócio-histórico que ocorria no Período Regencial no Brasil, os processos e as condições de produção em que o sujeito enquanto autor sofre e, é construída, a ideologia que se manifesta na língua e na linguagem e o que o influenciou a fazer a definição da palavra “Política”, em que: a arte de “Governar” está plenamente ligada à palavra regência, no contexto ideológico referindo-se possivelmente a Regência Imperial.

Alguns dos aspectos que a Análise de Discurso examina é o momento em que o discurso foi dito, basicamente a ideologia em que o sujeito está inserido, as condições de produção, aquilo que estava acontecendo naquele determinado momento e como os sujeitos são influenciados pelo meio, deixando suas marcas nas escritas e discursos.

Ao se observar a entrada do léxico no dicionário é preciso ver de que lugar o sujeito está falando, pois, a ideologia do sujeito enquanto autor é passada por ele para o seu discurso para sua escrita. Segundo a lexicografia discursiva considerada pela análise de discurso estudada por Orlandi, o sujeito só se constitui sujeito a partir do momento que anuncia algo ou seja a partir do momento que fala algo, e isso se dá a partir da língua das relações sociais e do lugar social que ocupa, o lugar social está ligado às instituições sociais como: escola, igreja, família, pois, é desse lugar que o sujeito tem as relações sociais estabelecidas, o contato com outras pessoas que possuem maneiras diferentes de pensar e de se comunicar, dessa maneira é possível o sujeito influenciar e ser influenciado; isso significa que o sujeito não é totalmente consciente, mas tomado pelos discursos que circulam, e que também já passaram basicamente uma memória de



EDIÇÃO Nº 21 DE JUNHO DE 2023
ARTIGO RECEBIDO ATE 24/04/23
ARTIGO APROVADO ATE 30/05/23

sentidos que está ligada ao sujeito, mesmo que o próprio não a tenha percebido mas existe a influência que é passada para o seu discurso.

Observa-se que no dicionário: *Dicionário da língua brasileira*. Pinto, Luiz Maria da Silva Do ano 1832 o verbete “Política” foi definido conforme o momento sócio-histórico em que o sujeito enquanto autor a descreveu, é possível observar e arriscar um lugar que o sujeito fala que é favor ao regime adotado na época; nessa definição foi usado a significação de “Política” como: “arte de governar” ², mas, apenas essa definição foi usada, entendemos com isso que possivelmente não havia muita clareza para a palavra, uma vez que o Brasil passava por um dos momentos históricos mais importantes de sua consolidação; não havia nesse momento uma significação completa ou até mesmo ampla para o verbete, a ideologia do momento fornecia uma significação para o verbete de acordo com o que estava acontecendo .

“A Análise de Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. (ORLANDI, 2009, P. 26.).

Os objetos simbólicos aqui serão as palavras “Política” e “Governar” e suas descrições em um momento específico, na sociedade brasileira que estava sendo influenciada por uma sequência de ações a favor do governo de Regência e também de oposição a ele.

O verbete “Política” trouxe em sua descrição uma informação específica, um significado simples para uma palavra que é completamente ampla e com diferentes maneiras de se observar (temos essa visão de política como uma palavra ampla pelo momento histórico que estamos inseridos, atualmente a política envolve muitas áreas, pontos de vistas e compreensões diferentes.), por essa pequena descrição da palavra decidimos analisar o verbete “Governar”, pretendendo com isso obter uma melhor explicação tanto para o momento histórico quanto para o motivo da descrição de “Política” como simplesmente: “arte de governar”.

²Política s. f. Arte de governar. Governo. Policia. Politicamente adv. Com política, conforme as regras da Política Político adj. Concernente à político que sabe política. Urbana, Civil. *Diccionario da língua brasileira* Pinto, Luiz Maria da Silva Do ano 1832

A significação do verbete “Governar³” é basicamente “Reger”, nesse momento percebemos o que a Análise de Discurso segundo Eni P. Orlandi diz: “(...) o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, (...)” (ORLANDI, 2009, P.17.)⁴

O *Diccionario da língua brasileira* estava inserido no Período da Regência de 1831 a 1840, momento histórico marcado por revoltas separatistas, guerras internas, por oposições ao novo rei filho de Dom Pedro I, que não poderia assumir o trono por ser menor de idade, é nesse momento que os Regentes responsáveis pelo novo rei assumem o governo do Brasil, até ele chegar à maioridade. A ideologia do sujeito enquanto autor está completamente visível na descrição e significação do verbete, em que “Governar” estaria ligado ao rei e aos regentes que eram responsáveis por grande parte ou por todas as decisões sobre o País no momento, ou seja, as condições de produção, no qual estão envolvidos sujeitos e contextos.

A “Política” de 1832 estava ligada ao período regencial, ao governo de monarcas que estava à frente do País, a uma sociedade que estava se estabilizando e pretendendo fixar-se definitivamente, porém essa “arte de governar” não estava de acordo com o que a população Nacional pretendia ter, por isso houve-se tantos movimentos separatistas, talvez não houvesse ainda o pensamento de um sentido de política mais amplo pelo fato do período histórico vivido naquele momento.

O primeiro e mais evidente seria o contexto imediato: que é o momento em que foi produzido e o ano que foi publicado. E o segundo é o contexto amplo: história, ideologia da sociedade, modos de funcionamento, leis, organização do poder e relações de mando e obediência. Um está completamente ligado ao outro dependendo um do outro para obter o significado.

³ Governar v. a. Reger, dirigir, ou phyrice, ou moralmente. “Governar fulano do navio, he o mesmo que ir - seguir o rumo”.

⁴ Orlandi, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 8ª Edição, Campinas, SP: Pontes 2009.

Período Regencial

O Período Regencial foi período da história do Brasil entre os anos de 1831 e 1840, que Dom Pedro II foi levado ao poder. Este momento histórico tem início quando o Imperador D. Pedro I renuncia ao trono e conseqüentemente o seu filho Dom Pedro II, seu herdeiro, com apenas cinco anos de idade assumiria o governo. Devido, a legislação estabelecida naquela época determinou que o País fosse governado por regentes, até que o herdeiro completasse a maioridade, tanto que a tal foi antecipada para 14 anos de idade.

Esta época é marcada, pelas estimuladas disputas políticas e conflitos armados:

No Brasil, a monarquia recém-confirmada após a independência enfrenta e cria hostilidade diante das repúblicas vizinhas, da qual a Guerra Cisplatina, envolvendo Brasil e Argentina numa disputa pelo território do atual Uruguai, é a parte mais aguda. Ao mesmo tempo, em 1826 a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (Câmara dos Deputados) e o Senado começam a funcionar pela primeira vez, propiciando, assim, canais de expressão e participação política, que se estendem pela imprensa. O poder Legislativo torna-se interlocutor de peso para o monarca, que concentra os poderes Executivo e Moderador. Começa, pois, a despontar uma tensão, que se agravaria. (MOREL, 2003, p. 11-12).

O Período Regencial sucederam-se quatro regências: A Trina Provisória e a Permanente e as Unas do Padre Feijó e Araújo Lima.

A Política Estabelecida por uma Sociedade Multifacetada

A abdicação de Dom Pedro I do governo ajudou para que os brasileiros adquirissem um espaço maior na política daquela época, antes disso, eram alguns portugueses que ocupavam cargos públicos e político importantes e determinavam a retirada de alguns agentes políticos que ajudaram no processo da nossa emancipação. O momento de crise política faz com que se formassem vários grupos para atacar a integridade da ordem nacional. Segundo Morel:

Do ponto de vista das tendências e agrupamentos, é sabido que não havia (inclusive na Europa ocidental) entre 1830 e 1840 partidos políticos no sentido que se tornou corrente em fins do século XIX: o tipo ideal de partido-máquina, organizado a partir de determinados

critérios que tomaram corpo sobretudo no século XX, não existia no período histórico tratado aqui. Ao mesmo tempo, a partidarização possuía carga pejorativa, sobretudo num momento de afirmação da modernidade e da unidade nacional: os partidários eram associados às facções, ou seja, eram inimigos da pátria. (MOREL, 2003, p. 32).

Nessa nova situação, é possível ver a articulação de partidos políticos, normalmente os partidos eram de pessoas de classes sociais favoráveis, essas correntes políticas se reuniam para discutir as maneiras de organização da nação brasileira. Serão classificados três partidos: Exaltado, Moderado e Restaurador.

Os exaltados não participavam do poder central eram conhecidos como jurujubas e farroupilhas, integrantes diversos: proprietários rurais (não eram maioria), profissionais liberais, militares, funcionários públicos modestos e padres. Defendiam autonomia para as províncias, nacionalização do comércio, gradual liberdade aos escravos, parte defendia a criação da República, reformas políticas maiores, o fim do conselho do estado e do poder moderador e queria fim de qualquer ligação com coroa. Seus líderes foram Bento Gonçalves e Miguel Frias.

Os moderados ou chimangos buscavam a expressão política dos interesses econômicos dos plantadores de café ou dos comerciantes posicionavam sobre os assuntos diversos, eram representados por proprietários rurais além de padres, militares e outros profissionais que defendiam manutenção da ordem social e privilégios das elites do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, um Estado forte e centralizador com núcleo de poder em torno da coroa. Defendia a Monarquia Constitucional, seus líderes Padre Diogo Antônio Feijó e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Os restauradores ou caramurus representados por comerciantes portugueses, altos funcionários públicos, alguns oficiais do exército. Defendiam a volta de D. Pedro I ao poder, a valorização da supremacia monárquica, questionavam a autonomia dada às províncias, e aproximação com o tradicionalismo português, liderava o movimento José Bonifácio. Assim:

Esses partidos não tinham conteúdo nítido de "classe" (na perspectiva marxista), mas seria restrito, por outro lado, considerá-los unicamente elitistas. A presença das camadas pobres nas lutas políticas era resultado de um jogo de mútuas tentativas de manipulação e apropriação: constantemente a atividade política escapava ao controle dos grupos privilegiados. Todos pertenciam à mesma sociedade,

dividida, injusta e desigual, com atritos e pontos de contato, confrontos e negociações. (MOREL, 2003, p. 38).

Observamos nesse contexto, que os partidos possuíam diferenças entre si. Bem como podemos perceber isso nos partidos atuais da política brasileira.

A Preservação Territorial

De acordo com Fausto as rebeliões provinciais e as incertezas sobre a forma de organizar o poder central indicam que a unidade do país não estava garantida assim que proclamada a Independência. O desejo dos grupos políticos era de ter uma preservação territorial, porém as rebeliões para autonomia e separação das províncias estavam em discussão. Apesar de proclamada a Independência o Brasil não conseguia construir sua identidade, segundo Morel, 2003:

Não é por acaso, também, que em meio ao espocar de motins, sedições e revoltas o caráter brasileiro foi bastante discutido durante o período regencial. Ou seja, debatia-se se existiria uma propensão para docilidade e cordialidade do povo brasileiro. De maneira mais precisa, buscava-se afirmar ou construir uma identidade que desse conta de complexos desafios, tais como formar um povo e uma nação portadores de identidade própria e, ao mesmo tempo, garantir a estabilidade da ordem social e direcionar o “carro da revolução”. (MOREL, 2003, p. 54)

Segundo Boris Fausto, 1995, para melhor entender esse período onde ficou em jogo a unidade territorial do Brasil o Estado do Rio de Janeiro por ter uma homogeneidade demasiada acabou centralizando: o poder e a corte. A maioria das pessoas consideradas da elite e classificadas como pessoas letradas com nível de educação superior destacam-se em meio aos analfabetos, e a educação superior concentrava-se em cursos jurídicos e por último os cursos superiores da faculdade de direito se destacavam.

A elite política grande maioria formando por magistrados que contribuía para o aumento dos índices de homogeneidade, com isso consegue construir um Estado centralizado e conservador e por isso assegura a unidade do país. O historiador Marco Morel, (2003), destaca:

A cidade do Rio de Janeiro costuma ter espaço privilegiado nas narrativas sobre as Regências. Descontadas possíveis visões centralizadoras que se reproduzem entre historiadores, é possível explicar essa preponderância pela própria ordem nacional que se estruturava. Cada província possuía uma capital e distritos. Estes se dividiam em cidades (*os* centros mais importantes) e vilas. Cidades e vilas subdividiam-se internamente em cantões e paróquias (também chamadas freguesias), que compunham a base das unidades administrativas, inclusive eleitorais. No topo dessa hierarquia estava a cidade imperial. O Rio de Janeiro tinha a honra de ser sede da Corte, mas esse privilégio significava também limitações. Com suas trepidações e conflitos, a cidade entrelaçava-se à Corte, topo da hierarquia do poder. Além do mais, era porto comercial, centro importante do comércio de mercadorias e tráfico de escravos. O Rio de Janeiro era, assim, uma cidade imperial nos trópicos em pleno século XIX e, portanto, palco de decisões e disputas que diziam respeito ao território nacional como um todo. (MOREL, 2003, p. 39).

E no Período Regencial teve como uma de suas maiores características, o embate entre centralização e descentralização. Sem a figura do Imperador, as diversas regiões brasileiras, tão distantes umas das outras, já não se sentiam mais unidas à realidade de um único país. E o povo dessas regiões, cercado pela miséria, fome, e exclusão social, questionará a centralização do poder no Rio de Janeiro nesse período que o Brasil luta para acabar com o tráfico de escravos.

A partir das pesquisas realizadas e análises feitas, é possível considerar que a palavra “Política” no contexto estudado possui um significado de quem está pronto e pode “Governar”, Dom Pedro II não era habilitado na época por não ter idade suficiente, com isso é feita uma eleição para que o país não fique sem um regente. As palavras estudadas possuem um significado de acordo com a época, que se encaixa perfeitamente, pois “Política” é “a arte de governar” e “Governar” é “reger”, nesse capítulo da história do Brasil, nosso País foi governado por regentes, àqueles que substituíram o Rei até que ele pudesse assumir, que estivesse preparado para a responsabilidade de guiar um país.



Considerações

Com esse apanhamento histórico conclui-se que o momento histórico influenciou completamente o sujeito e sua ideologia foi exposta em sua escrita e descrição das palavras no dicionário.

Referências

FAUSTO, BORIS. *HISTÓRIA DO BRASIL*. SÃO PAULO: EDUSP, 1995.

MOREL, MARCO. *O PERÍODO DAS REGÊNCIAS, (1831-1840)*. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR ED., 2003.

ORLANDI, ENI PUCCINELLI. *ANÁLISE DE DISCURSO: PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS*. CAMPINAS, SP: PONTES, 5ª EDIÇÃO, 2003.

LUIZ MARIA DA SILVA PINTO *DICIONÁRIO DA LÍNGUA BRASILEIRA 1832*.